

A EXPERIÊNCIA SOCIALISTA EM MOÇAMBIQUE

(1975-1986)

João Mosca



INSTITUTO
PIAGET



Introdução

Moçambique possui uma história permanentemente cruzada com outros povos provenientes do Sul e do Norte de Africa, da Ásia e finalmente da Europa. Portugal foi a última potência a ocupar militarmente o território e a primeira e única que implantou uma administração «moderna», sensivelmente nas actuais fronteiras que foram definidas, em última instância, pelas grandes potências europeias na Conferência de Berlim, em 1884/85. E a partir dos fins do século xix que se concretiza a ocupação efectiva do território. Pode-se considerar que foi nos principio deste século que a administração portuguesa ocupou todo o território e que se concretizou, na sua plenitude, a penetração do capitalismo.

O processo histórico dos povos de Moçambique foi assim influenciado pela presença, quase sempre com o apoio da violência, por sistemas políticos, económicos e culturais diferentes que alteraram, as evoluções «naturais» dessas sociedades. A chegada de outras culturas e sistemas de produção, sobretudo quando foram impostos militarmente e implantados como dominantes por uma administração estrangeira, provocaram processos de resistência/integração dos quais nem sempre resultaram sociedades e economias-sínteses. As sociedades e economias são caracteriza-

das por múltiplos tipos de dualismos, simultaneamente delimitados e com fronteiras difusas e onde prevalecem mecanismos de interdependência e/ou de subordinação em favor de uma das partes. Estes processos foram semelhantes quando se tentou aplicar modelos económicos e de sociedade depois da independência, como aconteceu com a experiência «socialista», e com o Programa de Ajustamento Estrutural que em Moçambique se designou por Programa de Reabilitação Económica.

Como consequência, os dualismos político, económico e cultural, embora com elevados níveis de funcionalidade e de articulação nos seus mecanismos de reprodução, estão presentes na sociedade moçambicana da actualidade. As sociedades locais possuem mecanismos e lógicas reprodutivas completamente diferentes das importadas, antes e depois da independência. Os conceitos de Estado e de Nação não estavam e continuam sem estar presentes nas formas de organização da maioria dos povos que ocupam o território. Muitos autores consideram que as economias estavam, antes da colonização, numa fase de desenvolvimento pré-capitalista, onde a maximização das funções de produção não possuíam os lucros e os mercados como objectivos, mas sim a subsistência das famílias e clãs como unidades políticas, económicas e sociais básicas a reproduzir. Os mercados «formais», a moeda, os impostos pecuniários, o assalariamento, as técnicas europeias, etc, foram introduzidos bruscamente e muitas vezes de forma violenta, sem que fossem o resultado da evolução global das comunidades. Com a penetração do capital, a sociedade começou a estratificar-se economicamente quando as diferenciações se baseavam no prestígio, no poder e nas hierarquias das comunidades. A colonização implicou também a tentativa de despersonalização e desculturalização dos povos, a introdução de novas formas de organização social, a estruturação de burocracias «modernas», normas de direito pouco adaptados às realidades do direito consuetudinários locais, entre muitos outros aspectos.

A resistência, primeiro militar, e depois cultural, das formas de organização das comunidades e dos mecanismos de reprodução social, conseguiu manter muitas das características das comunidades. Por outro lado, a debilidade da penetração do capitalismo praticamente até finais do século XIX, e a simbiose cultural sempre dificultada pelas relações impostas pelos poderes e pelas diferenças hierarquizadas segundo padrões de valores externos ou por supostos níveis civilizacionais, contribuíram para que as sociedades se mantivessem relativamente compartimentadas, ao contrário do que refere a maioria da literatura. Este argumento não invalida o reconhecimento da existência de alguns processos de influência cultural, sobretudo no sentido colonos-comunidades locais, alcançando percentagens limitadas da população moçambicana e concentradas nas zonas urbanas e de maior penetração do capital e da administração.

Os argumentos da evangelização, da difusão da língua portuguesa ou da mestiçagem não são suficientemente fortes na prática para, de forma plena e generalizada, se aceitar o argumento da importância da penetração cultural externa. Segundo Mazula (1995), a percentagem da população católica é de cerca de 38,9 por cento, uma proporção muito inferior à do português e a população mestiça alcançará percentagens ainda menores (menos de 5%). Os sistemas de produção da grande maioria dos pequenos produtores foram pouco influenciados, as formas de organização e as hierarquias sociais mantêm-se, as crenças religiosas persistem, etc. Os rasgos culturais locais estão muito mais presentes que os importados, sejam da Europa, de Portugal ou da influência árabe. As influências foram mais evidentes onde a penetração colonial e capitalista foi mais profunda e duradoura, sobretudo nos centros urbanos, nas regiões mineiras e onde existiu uma maior acção do capital agrário, o que, em termos territoriais e de população, alcança percentagens relativamente baixas.

No entanto, a penetração do capitalismo, tornando-se dominante e actuando com o apoio administrativo da burocracia colonial, alterou de forma significativa o desenvolvimento «natural» do processo histórico dos povos. Os múltiplos mecanismos, económicos e não económicos, de integração das economias locais no mercado, foram aplicados na medida das necessidades e em favor da reprodução do capital. Os modelos de acumulação estiveram centrados, primeiro (até à década de 50) na maximização da exportação de bens e de capitais; depois, entre os anos 50 e a independência, devido ao crescimento da emigração estrangeira e ao incremento da procura de bens não produzidos localmente com o conseqüente agravamento da balança de pagamentos, existiu um período de aplicação da estratégia de substituição de importações; finalmente, na implementação de opções de políticas que pressupunham o papel centralizador do Estado e da economia planificada.

Estas estratégias/modelos foram aplicadas sem considerar as realidades e as aspirações da maioria da população. A acumulação foi sempre concentrada nos sectores relacionados com o exterior e baseou-se na extracção e transferência de recursos do campo para os centros urbanos e para o exterior, da agricultura para os restantes sectores da economia, e do sector «tradicional» para o «moderno». A implantação de grandes plantações e de culturas obrigatórias para a produção de produtos exportáveis, a emigração de mão-de-obra para os países vizinhos, os transportes e vias de comunicação para a prestação de serviços aos países vizinhos e a contratação compulsiva de trabalho para a construção de infra-estruturas, constituem apenas alguns exemplos dos mecanismos e formas como se concretizou as transferências de recursos acima referidos.

Se forem acrescentados outros indicadores como a existência de quase 90 por cento de analfabetos no momento da independência, a baixa ou quase nula cobertura de serviços básicos e de infra-

-estruturas produtivas e de serviços em grande parte do território e a limitada existência de técnicos e de intelectuais, pode-se facilmente fundamentar as teses sobre a debilidade da capacidade da colonização portuguesa e a sua subordinação ao colonialismo inglês, a dominância dos objectivos externos, as formas e métodos de extracção e transferência de recursos e a limitada intenção de transformar as sociedades locais. No Capítulo II afirma-se que, pelo menos até à década de 60, a reprodução do subdesenvolvimento das sociedades e das economias «tradicionais» constituíam elementos de reprodução do sistema colonial, isto é, a colonização e o desenvolvimento capitalista assentavam em mecanismos de dominação e exploração primitivos.

A independência nacional foi acompanhada a curto prazo, para a maioria dos moçambicanos, com expectativas de profundas transformações na sociedade. Após um longo período colonial, de uma década de guerra e de um período de transição bastante traumático e pouco conciliador por responsabilidade de todas as partes envolvidas, a experiência «socialista» apresentada por um movimento com legitimidade obtida pela vitória militar e conquista da liberdade política, surgia mobilizadora. O discurso de um projecto de construção de uma nova sociedade, sem discriminações com base na cor da pele, étnicas e religiosas, onde se lutaria por uma maior igualdade económica e das acessibilidades, tendo como objectivo a construção de uma Nação próspera que servisse de exemplo para os países em desenvolvimento eram amplamente mobilizadoras, principalmente para a juventude. Para uma importante parte dos moçambicanos mais idosos, a independência significava a perspectiva da eliminação das formas mais violentas do sistema colonial e um futuro governado pelos seus filhos. Para outros, a recuperação de privilégios da sociedade tradicional e para uma minoria, a oportunidade de ampliar o processo de diferenciação económica e o aproveitamento dos espaços vagos pelos portugueses.

O movimento de libertação (Frelimo - Frente de Libertação de Moçambique), transformou-se de Frente em partido marxista-leninista no III Congresso em 1977 e declarou a edificação de uma sociedade e economia socialistas como objectivo para o país. As novas elites pensavam estar a interpretar desta forma as aspirações de uma população maioritariamente constituída por pequenos camponeses pobres, discriminados no acesso aos serviços, sem recursos, analfabeta, que vivia dispersa em termos espaciais e organizada com base na família, em clãs e etnias e em alguns casos com experiência e sentido da organização de Estado. A escala internacional, a Frelimo acreditava na cooperação internacionalista dos países socialistas e desprezava a capacidade das forças contrárias, regionais e no âmbito da guerra fria, de dificultar ou mesmo impedir o sucesso do projecto numa região rica em metais preciosos, que ocupava uma posição geográfica estratégica na lógica das grandes potências e onde existiam países com grandes interesses do capital internacional.

Com a independência, persistiram ou ampliaram-se os factores, internos e externos, que radicalizaram ideologicamente uma minoritária mas dominante corrente do poder, o que se reflectiu nas formas de aplicação do modelo económico, nos métodos de governação e nos processos de repressão contra as forças e vozes discordantes das opções oficiais.

A implantação do socialismo caracterizou-se pela vontade de introduzir transformações profundas na sociedade e na economia. As alterações institucionais, as nacionalizações e intervenções públicas na economia, os apoios aos movimentos de libertação do Zimbabué e ao ANC (African National Congress) sul-africano e a previsão de um clima de conflitualidade com a Rodésia do Sul e o apartheid, os processos de afirmação cultural do país e das populações, a reestruturação do Estado, a mobilização e entrega voluntariosa da maioria da população, entre muitos factores, introduziram um ambiente de mudanças

que possuíam um grande apoio popular, consciente ou não, e a contribuição generosa da maioria dos quadros e militantes da Frelimo.

Os ideais de construção de um país socialista permaneceram, por um lado, como força aglutinadora de uma importante percentagem dos militantes e de uma elite cidadina e, por outro, como factor de divergência e de motivação para desencadear processos de resistência, activos e passivos. As medidas que se sucederam ao longo dos primeiros anos foram decepcionando as expectativas económicas de diferentes grupos sociais. O nível de vida não melhorou para a maioria da população. Os privilégios esperados por algumas elites criadas na fase final do período colonial não foram concretizados. O Estado «moderno» tomou um conjunto de medidas restritivas (ou mesmo repressivas) sobre instituições sociais, como as igrejas e os poderes «tradicionais», que possuíam grande influência sobre as comunidades. A guerra, primeiro com a Rodésia e depois com a África do Sul e com a consolidação da Renamo como movimento de guerrilha (o Capítulo II faz algumas referências sobre a origem da Renamo), gerou um clima crescente de instabilidade que alcançou directamente mais de 40% da população e com custos sociais e económicos que marcarão profundamente a sociedade moçambicana a longo prazo.

Este livro pretende realizar uma interpretação da experiência «socialista» moçambicana, com uma perspectiva fundamentalmente económica e onde os exemplos e especificações referem-se principalmente ao meio rural, ao sector estatal agrário e ao aparelho de Estado. Para o efeito, o trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro faz-se uma breve apresentação sobre a configuração da estrutura económica de Moçambique. O segundo capítulo dedica-se a analisar o momento político e económico do período imediatamente pré e após a independência, onde são referidos factores internos e externos, económicos

e não económicos. Nestes primeiros capítulos, existem alguns fios condutores do livro, destacando-se os seguintes:

- *A libertação nacional com destaque para a formação das elites dirigentes e da oposição, e o processo de radicalização ideológica da direcção da Frelimo.*
- *Os processos de resistência e/ou integração (assimilação), política, económica, social e cultural dos povos à colonização no seu sentido amplo, e a configuração de dualismos que possuíam entre si diversas funcionalidades e mecanismos de interdependência onde o sector «moderno» da economia (ou o sector capitalista) era determinante (mas não maioritário) e se impunha com o apoio militar e do poder político, mantendo porém a maioria da população e das economias locais os seus rasgos fundamentais.*
- *A influência da África do Sul e do colonialismo inglês na economia local e regional.*
- *A emergência de um tecido económico cuja acumulação se iniciou em Moçambique e cujos objectivos começavam a colidir com os metropolitanos e com os interesses que pretendiam maximizar a exportação de bens e de capitais e que poderia constituir, caso tivesse tido tempo de expansão, uma opção política radical do tipo da Rodésia do Sul de Ian Smith.*
- *O surgimento, a partir das hierarquias tradicionais, de uma elite negra muito reduzida no quadro da «moçambicanização» da economia, do exército e da burocracia colonial, como resultantes de um conjunto de factores, designadamente, da expansão económica na metrópole e em Moçambique, da guerra de libertação nacional e das pressões políticas internacionais.*

O terceiro capítulo apresenta o modelo económico de socialismo periférico optado pelo governo moçambicano, as medidas mais utilizadas para a sua aplicação, a evolução da economia e o surgimento da crise, que começou por ser produtiva, para depois alcançar o conjunto da economia e finalmente com efeitos de longo prazo na sociedade. Ao contrário do que muitas vezes se lê e ouve, argumenta-se que existia um modelo económico consistente teoricamente, que as medidas para a sua aplicação foram coerentes com os objectivos que se pretendiam e que a radicalização ideológica se reflectiu nas formas e métodos de governação e de direcção económica. Defende-se que o insucesso do socialismo, embora se possa justificar por razões diversas que se reforçaram reciprocamente, concentra-se nas causas intrínsecas do modelo económico e nos seus pressupostos. Afirma-se que a desadaptação às realidades económicas e sociais, a concepção ortodoxa e radical de socialismo e de economia planificada e a deficiente análise dos factores externos, favoráveis e obstaculizantes, políticos e económicos, constituíram alguns dos factores que dificultaram a aplicação do modelo. Aponta-se que uma das causas interiores ao modelo, foi a incapacidade, por diferentes razões, de introduzir os mecanismos de transformação da estrutura económica e social e que o sector público da economia não correspondeu como força transformadora. O padrão de acumulação centrado no Estado, que deveria ser o eixo do desenvolvimento e basear-se nos sectores socialistas de produção, entrou em ruptura conduzindo o conjunto da economia ao colapso e a uma crise global da sociedade.

E referido que a guerra e a crise económica se influenciaram e se reforçaram mutuamente. Aceita-se que a guerra do período pós-independência tem como embrião a conflitualidade regional no âmbito da guerra fria e a reacção de interesses económicos ao processo moçambicano mas que, posteriormente, o movimento antigovernamental, a Renamo, adquiriu dinâmicas internas que o transformaram numa organização guerrilheira estruturada, com

apoios sociais importantes e com capacidade militar considerando o tipo de guerra.

Finalmente, o quarto capítulo refere-se à aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) como opção sem alternativa e cujo primeiro objectivo político era o da inviabilização definitiva (nos horizontes possíveis de previsão) do socialismo. Fazem-se algumas referências teóricas aos PAE e às respectivas medidas de implementação, às mudanças políticas e de poder recuperando a análise da formação das elites locais dos dois primeiros capítulos. O fim da guerra fria, a importância de estabilização da África Austral e a amplitude da crise em alguns países da região, fizeram que a paz constituísse um dos pontos das agendas políticas das grandes potências e das organizações internacionais.

O livro pretende fundamentalmente analisar a experiência de aplicação de um modelo socialista num país periférico, num contexto de instabilidade interna e externa, num momento internacional que a curto prazo parecia favorável para os processos revolucionários em muitos países em desenvolvimento e que possuía, por razões apresentadas no texto, uma elite formada e forjada numa luta de libertação nacional que ultrapassou os objectivos da independência nacional e tentou ampliar o processo no quadro de uma revolução.

Pretende-se que o livro seja um contributo para o estudo de Moçambique no período da primeira década após a independência. Um período carregado de esperanças de diferentes naturezas, de sacrifícios e esforços, de muitas ilusões acerca de um projecto de construção de uma nova sociedade e também de muitas desilusões.

Este livro procura apresentar, fundamentalmente, o modelo económico aplicado entre 1975 e 1986. O texto reflecte em grande medida a experiência vivida no sector agrário e do autor. A redacção foi finalizada depois de um longo período de reflexão que incluiu a realização de uma tese de doutoramento entre 1989 e 1993.

O tempo decorrido entre 1989 e 1999, foi considerado suficiente para que existisse uma análise desprovida de cargas emocionais próprias de quem participou directamente no processo moçambicano. Embora a base deste texto assenta parcialmente na parte teórica da tese de doutoramento, procurou-se um estilo e forma de redacção que motivasse o leitor.